

HISTÓRIA DE EMPRESAS NO TEMPO PRESENTE: NOVAS PERSPECTIVAS

HISTORY OF COMPANIES IN PRESENT TIME: NEW PERSPECTIVES

Tiago Siqueira Reis¹

RESUMO:

O presente artigo discute a temática da história de empresas no tempo presente. Esta, apesar de contar com importantes estudos na área, ainda carece de investigações mais consistentes no tempo presente. Desse modo, apontamos de maneira sucinta os recursos teóricos e metodológicos amplamente empregados nos estudos de empresas no Brasil, buscando apresentar possibilidades de abordagens, fontes e, em especial, novas perspectivas teóricas e metodológicas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: História de Empresas; Tempo Presente; Novas Perspectivas.

ABSTRACT:

This article discusses the history of companies in the present time. The history of companies despite having important studies in the area, still lacks more consistent investigations in the present time. In this way, we briefly point out the theoretical and methodological resources widely used in business studies in Brazil, seeking to present possibilities of approaches, sources and, in particular, new theoretical and methodological research perspectives.

KEYWORDS: History of companies; Present time; New perspectives.

Os estudos históricos, a partir da segunda metade do século XX, vêm pluralizando seus campos de investigações em abordagens, fontes, objetos e sujeitos. As novas linguagens, interpretações, maneiras de pensar e escrever a história encontram lugar na emergência da história do tempo presente, caracterizada por um amplo e complexo conjunto de demandas históricas que perpassam os mais diversos campos historiográficos. A proximidade do historiador com a temática analisada é um dos fatores que distingue essa abordagem de outras históricas, possibilitando explorar uma grande variedade de fontes e métodos de pesquisa, ao mesmo tempo em que insere o desafio sobre sua atuação, a escolha dos objetos e como trabalhar com as fontes.

Nesse sentido, a história de empresas e suas múltiplas dimensões contribui para aprofundar o debate em torno da história do tempo presente, como também às inquietações, os

¹ Doutorando em História pela a Universidade Federal Fluminense -UFF. Pesquisador associado do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Bolsista CNPq. Niterói - RJ - BRASIL.



desafios, as possibilidades e perspectivas de pesquisa que se colocam como tendência nas investigações no campo historiográfico. O estudo das empresas é, em certo modo, recente na historiografia e ainda pouco explorado no Brasil pelos historiadores. No entanto, vem se destacando no país com excelentes pesquisas, em especial a historiografia dedicada à trajetória dos empresários e suas relações com o Estado², bem como seus desdobramentos no campo da política e economia. É válido ainda ressaltar que poucos são os trabalhos de historiadores concentrados nas dinâmicas internas das empresas e suas relações sociais.

A operação historiográfica da história de empresas não é uma tarefa fácil, em especial quando o tema encontra-se balizado no tempo presente. O historiador enfrenta uma série de dificuldades ao se deparar com a impossibilidade de acesso à determinadas fontes, como ocorre nas pesquisas sobre empresas privadas; ao passo que mesmo em uma empresa pública, o acesso aos documentos não é satisfatório, tendo em vista a falta de arquivos e cuidado com os documentos por parte da empresa. Além disso, por se tratar de documentos no tempo presente, muitas empresas públicas e privadas não disponibilizam o acervo para pesquisa por motivos estratégicos.

Por outro lado, o historiador de empresas do tempo presente dispõe de uma boa variedade de recursos para a pesquisa, como a digitalização de documentos disponíveis nos portais eletrônicos das empresas, onde muitas delas disponibilizam seus relatórios anuais, notícias internas, dentre outros documentos. Há também a possibilidade de trabalhar com fontes visuais, documentários, filmes acerca da empresa e seus agentes sociais, bem como o uso de jornais e a entrevista oral - bastante utilizadas. As entrevistas servem em muitos estudos para suprir a ausência da documentação impressa, para confirmar hipóteses, configurando também em certos casos como uma das melhores alternativas para o pesquisador, pois permite entrevistar os personagens diretos da história, uma vez que muitos deles estão vivos.

Como visto, a variedade de fontes para o estudo das empresas é vasto, porém não pode prescindir de documentos tradicionais, como os relatórios anuais, manuais da empresa, folhetos das companhias, publicações oficiais, artigos em periódicos e, eventualmente, história de empresas e biografias, como também a correspondência comercial, relatórios financeiros, memorandos, atas de reuniões, boletins internos, processos jurídicos na justiça do trabalho, acordos coletivos, dentre outros.

A historiografia acerca das empresas se divide entre aqueles que escrevem a história oficial de uma empresa a partir de um acordo contratual com a instituição para escrever sua

² Cf. MENDONÇA, PAULA (2013); MARTINS, CAMPOS, BRANDÃO (2018) e CAMPOS, BRANDÃO (2017)



história, e aqueles que investigam sem vínculo contratual ou convite. O principal exemplo de história oficial é da historiadora Eulália Lobo e da economista Maria Bárbara Levy (1990), *Estudos Sobre a Rio Light*, escrita à convite da Light. Por outro lado, a historiografia brasileira das décadas de 1980 e 1990, bem como estudos no campo da ciência política e sociologia recorrem predominantemente as influências do historiador estadunidense Alfred Chandler. Este, é considerado um dos precursores da história das empresas e escreve a partir do contexto social, político e econômico dos Estados Unidos.

Um dos desafios enfrentados na pesquisa histórica diz respeito a noção de empresa e instituição pública. Para o historiador estadunidense Alfred Chandler, um dos precursores dos estudos históricos em empresas, tomando como referência os Estados Unidos, define empresa industrial como uma “grande empresa comercial privada com fins lucrativos e que produz bens mediante alguns ou todos os sucessivos processos industriais, desde a compra da matéria-prima até a venda ao consumidor final” (CHANDLER, 1998, p. 131). Assim, adverte que não se encaixam nesse conceito as empresas de transportes, serviços públicos ou puramente financeiras, sendo apenas aquelas dedicadas à comercialização, à extração de matérias-primas e às de beneficiamento ou manufatura. Desse modo, assinala que a empresa industrial é um organismo econômico autônomo, ou seja, existe sem depender dos indivíduos, sendo ela mesmo agente em todas as transações, de tal modo que possui vida própria e mais longínqua que seus membros (CHANDLER, 1998). Vale ressaltar que Chandler refere-se a grande empresa industrial dos Estados Unidos como sendo a básica instituição moderna norte-americana.

O estudo da história de empresas em grande medida sofre acentuada influência das considerações feitas por Chandler, sobretudo no que diz respeito a ideia de “empresa moderna”, aquela que têm por objetivo o lucro, intervindo em pelo menos parcialmente em todo o processo de operações industriais para produzir e comercializar mercadoria. A percepção de que toda empresa está pautada pelo lucro não dá conta das variedades de formas de acumulação do capitalismo contemporâneo.

Por seu turno, César Honorato³ aponta que uma organização sem fins lucrativos, apesar de não distribuir lucros, ela gera-os, defendendo que são instituições complexas que no capitalismo se adequam como empresas. Desse modo, partimos da ideia de que instituições ligadas ao aparelho do Estado e organizações sem fins lucrativos ampliam o campo de

³ HONORATO, Cezar. História de Empresas e Empresários, História do Capital: Questões Teóricas e Metodológicas. Aula ministrada no curso de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 02/04/2018.



possibilidades de análise para a história de empresas, constituindo um terreno fértil e pouco explorado pelos pesquisadores.

Chandler (1998) fez uso intensivo da metodologia da história empresarial comparada, selecionando grandes empresas dos EUA para seu estudo, permitindo segundo ele, condições mais adequadas para generalizações teóricas. Dentre suas preocupações, residia a problemática de quais fatores influenciavam a mudança na estrutura e estratégia, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias nas grandes empresas. O historiador norte-americano buscou compreender o comportamento das grandes empresas em períodos de transformações no cenário econômico e produtivo. Traçou como caminho investigar a dinâmica interna das empresas, analisando os processos, métodos, formas de organização, estrutura, estratégia e política interna.

Para Chandler os administradores eventualmente modificam suas atividades rotineiras e suas posições de poder, exceto em momento de fortes pressões. A partir dessa premissa, defende a necessidade de investigar as novas formas e métodos de administração, pois elas revelariam necessidades e oportunidades dentro e fora da empresa. A chave para esse estudo residiria na análise da estrutura organizacional empreendido na administração empresarial (CHANDLER, 1998, p. 122). Portanto, para se compreender as mudanças internas e o comportamento da empresa torna-se necessário o estudo de sua estrutura e de seus personagens.

Nessa direção, Chandler (1998) acrescenta a importância de investigar a trajetória da empresa, ter domínio sobre sua história, especialmente as estruturas administrativas do passado. Para ele, as mudanças estruturais estariam relacionadas às maneiras pelas quais a empresa se expandiria, sendo vital compreender o processo de crescimento. O autor ainda insiste que na investigação de como a empresa ampliou seus negócios, adquiriu novas funções, atuou em novos setores econômicos, tendo por objetivo perceber como cada uma dessas iniciativas exigiu um novo modelo de administração.

Por conseguinte, a análise da administração requer conhecimento acerca das decisões estratégicas que tratam da saúde da empresa no longo prazo e às decisões táticas que dizem respeito às atividades do cotidiano. A mudança de estratégia demanda transformações na dinâmica interna da empresa, como por exemplo, nos processos organizacionais, na hierarquização organizacional, nos métodos de trabalho, no quadro de trabalhadores, nas relações comerciais, na diversificação dos produtos, no desenvolvimento tecnológico, na estrutura física e espacial, dentre outros. Desse modo, Chandler (1998) demonstra a importância de investigar os relatórios internos, os planos estratégicos e as políticas gerenciais.



Além disso, ressalta a tarefa de estudar o papel e ação dos altos executivos, sobretudo aqueles responsáveis pela alocação e distribuição de recursos financeiros, bem como os responsáveis pelas decisões e ações operacionais que ele chama de empresários. Portanto, entende que as mudanças que se processam na estratégia empresarial conduzem à novas formas de estrutura, promovidas por necessidades e oportunidades nas quais os executivos tiveram a capacidade de identificar e conduzir o processo histórico de transformação.

Chandler também faz uso intensivo das biografias dos grandes empresários. No entanto, não se observa em seus estudos uma análise crítica da trajetória dos sujeitos, como se vê no trabalho de José de Souza Martins, em: *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa* (1974), pelo qual as relações sociais aparecem destacadas em seu texto. O trabalho de Martins é de grande importância, pois demonstra que a trajetória não se explica por si só, ela está relacionada a uma série de condições sociais, econômicas, culturais, dentre outras. Pensar a trajetória dos empresários e agentes sociais das empresas na perspectiva de Martins é desconsiderar a ideia de self-made man, e de burguesia fraca, levando em consideração a articulação entre o sujeito, a empresa e a sociedade.

Dessa maneira, podemos extrair de Chandler o estudo aprofundado e rigoroso da dinâmica interna do campo empresarial, bem como entender como as empresas se organizam e se organizaram no tempo, conhecendo suas trajetórias, a estrutura administrativa, as estratégias, táticas, suas políticas e processos de expansão; enfim, as formas de atuação e seus quadros diretivos.

Por outro lado, as considerações de Chandler não dão conta de questões fundamentais para a pesquisa histórica, uma vez que o autor não trabalha com contexto histórico, com a dinâmica do capital, não faz menção e relação com o Estado, não apresenta qualquer referência ao papel dos trabalhadores, tampouco dos homens em geral no universo empresarial, ressaltando apenas o protagonismo dos empresários. Deve-se ter muito cuidado para não incorrer no uso excessivo da descrição amplamente empregado por Chandler, bem como não cair na armadilha de tratar a evolução das empresas de forma linear, natural e despolitizada.

Por fim, devemos levar em consideração as debilidades do método comparativo de Chandler em sua busca por comparações entre empresas, a fim de elaborar generalizações, pois abrem margem para uma série de questionamentos e deficiências que não se comprovam com a pesquisa empírica, como por exemplo, a racionalidade e protagonismo dos empresários em um contexto que não cabe incertezas e ações externas. Como dos trabalhadores, do mercado, do Estado, da economia, da política, da natureza, dentre outros. Além disso, os estudos de



Chandler dizem respeito ao cenário norte-americano, de modo que o uso de comparações e o emprego das generalizações não condizem com os aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos no Brasil.

História de empresas: novas perspectivas

Para Chandler é mais relevante analisar os processos internos, relegando a segundo plano ou mesmo desconsiderando o ambiente externo. Nesse aspecto, recorreremos ao historiador polonês Witold Kula em *Problemas e métodos da história econômica de 1977*, segundo o qual há uma dualidade integrada do que é possível fazer ou não em determinadas dimensões e em determinados recortes, de tal modo que o micro e o macro devem ser pensados dialeticamente, não sendo possível separar o estudo do micro (empresa) do estudo macro (sistema) e vice-versa.

Para Kula (1977) existe sempre uma dualidade de análise, o micro e o macro são uma dualidade integrada. A premissa dos estudos de Kula é a de que a atividade produtiva no capitalismo é a empresa. Desse modo, Kula adverte que o estudo das partes não é suficiente, defendendo que o princípio filosófico que dá a totalidade é a organização dialética das partes e não a sua soma. Acrescenta ainda o perigo de olhar a realidade da empresa e construir um tipo ideal, tomando-o como padrão para a análise da realidade como nos termos de Max Weber (1992). Kula, ao recorrer ao marxismo, assinala que o método dialético é aquele no qual duas coisas têm que ficar nítidas, se o real (essência e aparência) se confundissem, não seria necessário a ciência, pois a essência seria translúcida. Assim, aponta que não é no campo da empiria que encontramos a essência, será através dela que entraremos no essencial.

Sendo assim, o conhecimento é construído a partir da tensão entre essência e aparência, não cabendo espaço para teorias pré-estabelecidas, é preciso entender a realidade. Portanto, é necessário fazer a dialética entre a empresa e a realidade, compreender como ela produz e o mercado em que está inserida, como se dá o consumo e as relações sociais. Ao contrário de Chandler, Kula leva em consideração o meio social para analisar a empresa, no qual há uma relação dialética. A empresa mantém laços intrínsecos com a sociedade e o Estado. No entanto, Kula também nos ajuda para dimensionarmos a lente do nosso trabalho, que mesmo levando em consideração as múltiplas relações, a pesquisa deve manter um foco em questões específicas.

Para tanto, o estudo de empresas, ou seja, o microssocial, é uma abordagem que enriquece a análise social, tornando-a mais complexa na medida em que explora diferentes aspectos, muitos deles inesperados e incertos. Assim, escolher uma escala de observação



significa a escolha de um instrumento analítico que não é neutro, isto é, uma seleção estratégica que envolve o próprio significado da pesquisa (LEVI, 1998, p. 203). A partir desses enunciados, devemos pensar o mundo das empresas dialeticamente no micro e macro, suas relações sociais, a realidade em que está inserida, sobretudo suas relações com o Estado e a sociedade civil.

Desse modo, o estudo de empresa deve perpassar o universo de suas relações com o Estado. Para discutirmos as relações de poder com o Estado, mercado e a dinâmica interna, diferentemente de Chandler devemos levar em consideração a ação dos sujeitos coletivos e a reformulação da perspectiva de Estado. Para Chandler a empresa tem vida própria e paira no ar, o mesmo cabe ao Estado, tratado como uma entidade, apesar de não ser trabalhado especificamente pelo autor. A historiadora Sônia Regina de Mendonça (2003, p. 1) assinala que a “matriz marxiana não parte dos indivíduos, nem tampouco de uma visão da sociedade enquanto somatório de individualidades, posto que a natureza do homem é, em si mesma social, logo passível de transformação”. Para a historiadora, essa sociabilidade ocorre pelo processo histórico, levando em consideração o lugar que ocupa os homens no processo de produção e de trabalho, de tal modo o Estado como produto da ação dos homens em uma sociedade de classes. Isso torna-se explicável quando se atribui agência aos sujeitos coletivos e às classes sociais.

Dessa maneira, o marxista italiano Antônio Gramsci na tentativa de compreender as formas de organização da dominação no capitalismo nas sociedades ocidentais, tendo como horizonte a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, desenvolveu uma análise ampliada da noção de Estado. Para ele, o Estado é formado pela sociedade política⁴ e sociedade civil, que se constituiu através do nexos dialético de unidade-distinção, ou seja, uma inseparável relação entre o exercício da dominação que se expressa na sociedade civil e a coerção na sociedade política, mesmo que ambos possuam funcionamentos distintos (GRAMSCI, 2000). Assim, entendemos o Estado como uma relação social também nos termos de Nicos Poulantzas, isto é, como sendo “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 147).

Gramsci defende ainda que o Estado se ampliou e que também está atravessado pelas lutas de classes de interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, sustenta que a sociedade civil é formada por um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais coletivos que organizam as vontades coletivas, visões de mundo, as consciências sociais de que

⁴ A sociedade política também chamada por Gramsci de “Estado-governo” ou “Estado do político” é o Estado em seu sentido restrito, correspondente ao aparelho governamental voltada para a administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem de maneira ativa ou passivamente.



não estão ligadas aos interesses das classes dominantes, através de formas de dominação por meio do convencimento (GRAMSCI, 2000). Dessa forma, será na sociedade civil que ocorre o processo de “luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista” (FONTES, 2010, p. 133).

Com efeito, a hegemonia é uma das dimensões da dominação para Gramsci, ela é entendida como um conjunto de estratégias que o poder dominante emprega para obter o consentimento a partir da direção política e cultural de uma classe sobre a outra, materializada através da sociedade civil (COUTINHO, 2003, p. 128). A hegemonia em Gramsci se fundamenta a partir da “combinação da força e do consenso” (GRAMSCI, 2000, p. 95). Assim:

Pensar o Estado gramsciniano é pensá-lo sob dupla perspectiva: a) a das formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e organizam para além da produção, i.e., no seio da sociedade civil e b) a das formas através das quais as agências ou órgãos públicos comportam sempre projetos e atores sociais vinculados a entidades da sociedade civil organizada. Uma delas, certamente, possuirá papel hegemônico junto ao dado organismo, porém ainda assim, outras lá se farão presentes, via seus intelectuais (MENDONÇA, 2003, p. 3).

O referencial teórico e metodológico das pesquisas recentes no Brasil, em boa medida, parte das contribuições de Antônio Gramsci, em especial os conceitos de sociedade civil, sociedade política e infraestrutura. Entende-se a primeira como espaço em que se concentram as lutas de classes e suas frações por organizações coletivas que se organizam a partir de projetos de interesses próprios a uma classe e fração desta, como por exemplo, sindicatos, partidos, associações de diversos gêneros como Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Fundação Roberto Marinho, dentre outros organismos coletivos.

Por sua vez, a sociedade política, que é o Estado em seu sentido estrito, são os aparelhos do Estado, tais como ministérios, agências estatais, forças armadas. Por seu turno, infraestrutura em Gramsci caracteriza-se pelo campo da produção propriamente dita, onde avistamos as empresas. Nesse sentido, da relação orgânica e a correlação de forças num dado contexto entre sociedade civil e sociedade política que Gramsci chama de superestrutura com a infraestrutura (empresas), delas formam-se o que ele chama de bloco histórico.

Portanto, as considerações de Gramsci têm sido reivindicadas pelos estudos das empresas e empresários, levando em conta que as empresas não estão deslocadas das relações sociais, do Estado e das organizações coletivas da sociedade civil. Para Gramsci e os estudiosos do tema, os empresários estão em constante relação entre empresa, sociedade civil e Estado, de tal maneira que estes sujeitos encontram-se organizados em organizações coletivas da



sociedade civil voltadas para defesa de seus interesses de classe visando conquistar e impor no seio do aparelho do Estado seus projetos, até que esses projetos e interesses se tornem por adesão o projeto nacional, configurando naquilo que Gramsci chama de hegemonia. Assim, as empresas e empresários não são entes isolados, autônomos na sociedade, eles devem ser pensados em suas múltiplas relações sociais e sobretudo, com o Estado.

Para pensarmos acerca dos empresários e sujeitos que perpassam o mundo das empresas, o livro “Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais” o historiador estadunidense David Landes (2007), contribui para entender o perfil desses sujeitos. O estudo de Landes revela que os principais grupos capitalistas da Europa, América do Norte e Japão correspondem a núcleos familiares. Observa-se, desse modo, a presença dos grupos familiares na composição do capital, o mesmo vem ocorrendo na história do capitalismo brasileiro (BRANDÃO, CAMPOS, 2017).

Por seu turno, o empresariado brasileiro possui alguns aspectos particulares, o primeiro deles é compreender que não se pode comparar o processo de formação da burguesia brasileira com outros processos históricos, como o europeu. Uma das marcas do empresariado brasileiro e o que diferencia dos demais, diz respeito à sua origem histórica, tendo em vista que sua origem não remete ao feudalismo, mas, sim, da escravidão. O processo histórico do capitalismo nacional é marcado pelo sistema escravista, como revela estudos de Sônia Regina de Mendonça⁵, Luiz Fernando Saraiva⁶, Pedro Henrique Campos e Rafael Vaz Brandão (2017). Isso tem apontado que o sistema escravista constitui a base para a abusiva concentração de renda no país, sendo responsável por uma sociedade altamente desigual nas relações de produção se comparado aos demais países capitalistas.

Outra característica do empresariado brasileiro é seu caráter dependente e associado aos países de capitalismo avançado. Autores como Fernando Henrique Cardoso, em *Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, defende que no Brasil não há um empresariado forte, organizado e com ação política, afirma a existência de uma classe dominante fraca, apática e pouco interessada por política. Por outro lado, a historiografia vem demonstrando o contrário, estudos como René Dreifuss em, *1964: a conquista do Estado* e em *A internacional capitalista*, bem como os inúmeros trabalhos de Sônia Regina de Mendonça, Pedro Campos, Virginia Fontes, apontam para um grau elevado de organização do empresariado brasileiro a nível internacional, bem como suas redes, suas relações, presença

⁵ Cf. MENDONÇA (1997; 2003; 2005; 2016)

⁶ SARAIVA, Luiz Fernando. O mercado de crédito no Rio de Janeiro, 1821-1850. In: Locus. Vol. 20. Juiz de Fora: UFJF, 2014.



marcante na política e na elaboração de políticas, em protagonismo nos golpes de Estado, dentre outros.

Ao contrário dos postulados de empresariado fraco e despolitizado, a burguesia brasileira nasce e se desenvolve de maneira orgânica ao Estado, edificando um ambiente estatal autoritário, intervencionista nas relações sociais e econômicas, mantendo um elevado grau de exploração das classes subalternas. Portanto, pensar o Estado brasileiro, é pensar o empresariado, isto porque, o empresariado nacional é o Estado. Este é forte e presente, pois o empresariado necessita dele para crescer e se reproduzir, alimentando-se dos recursos provenientes daquele.

Vale destacar que mesmo sendo o empresário o elo mais forte do capitalismo brasileiro, não é correto afirmar que há uma unidade e homogeneidade no núcleo empresarial. Essa não é uma particularidade nacional, o empresariado internacional diverge entre si, constituído por interesses conflitantes, tornando ainda mais necessário compreender a composição do empresariado brasileiro, levando em consideração o ambiente interno e externo, suas redes, organizações e ações políticas. Desse modo, o estudo da história das empresas se amplia na medida em que torna necessário compreender seus agentes sociais, perceber quem são os envolvidos, seus projetos e interesses de classe, bem como as frações de classe do empresariado nacional, de tal modo que o processo produtivo na empresa está intimamente ligado a esfera da sociedade civil e ao Estado restrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador ao trabalhar com a história de empresas se depara com uma grande variedade de possibilidades, bem como aquelas que o levam a construir uma história oficial, aquelas nas quais é contratado pela empresa para produzir a história da organização. Nossa preocupação ao longo do texto consistiu em apontar alguns caminhos de pesquisas e críticas a certas formas de investigação, especificamente aos enunciados do historiador Alfred Chandler. Por outro lado, o mesmo autor traz importantes contribuições, sendo elas bem exploradas, permite ao pesquisador vislumbrar fontes e métodos de análise.

Para além disso e suprindo as lacunas deixadas pelo historiador norte-americano, a análise da relação empresa, Estado e sociedade por meio das contribuições teóricas e metodológicas de Sônia Regina de Mendonça e da historiografia que adota o método gramsciano de Estado, ampliam e abrem caminho para novas investigações.



Por fim, o estudo das empresas e seus agentes sociais passam pela compreensão da realidade social, exigindo um conhecimento do universo que a empresa e seus sujeitos estão inseridos, sendo necessário conhecer acerca do capitalismo contemporâneo, aspectos jurídicos e legais, relações de produção e de trabalho, bem como a lógica da saúde pública. A historiadora Virginia Fontes pode ser muito útil nesse momento, sobretudo a partir da noção de expropriação se levada para o âmbito dos trabalhadores e do bem público na relação Fiocruz e Fiotec. Essa dimensão será explorada na pesquisa doutoral e se complementa ao estudo aqui apresentado, seguindo aquilo que Kula chama atenção, a dialética do macro e micro, ao mesmo tempo em que o historiador delimita seu foco de pesquisa, sem perder de vista todas os fatores da relação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, P. H. P.; BRANDAO, R. V. M. (Org.). **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias do capitalismo brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. 352p.

CHANDLER JR., Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

HONORATO, Cezar. **História de Empresas e Empresários, História do Capital: Questões Teóricas e Metodológicas**. Aula ministrada no curso de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 09/04/2018.



KULA, Witold. Las Investigaciones Sobre la Historia de las Empresas. In: **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1974, pp. 139-186.

LANDES, David S. **Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEVI, G. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LEVY, Maria Bárbara & LOBO, Eulália M. Lahmeyer (coord.). **Estudos sobre a Rio Light**. Rio de Janeiro: Centro do Patrimônio Histórico da Light - mimeo, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1974.

MARTINS, M. S. N. (Org.); CAMPOS, P. H. P. (Org.); BRANDAO, R. V. M. (Org.). **Política Econômica nos Anos de Chumbo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 320p.

MENDONÇA, Sonia. R. de; PAULA, D. A. (Org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2013. v. 1. 197p.

MENDONÇA, Sônia. R. de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Marx e o Marxismo, v. 2, p. 27-43, 2014.**

MENDONÇA, Sônia. R. de. **O Ruralismo Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1997.**

MENDONÇA, Sônia. R. de. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016. v. 1.**

MENDONÇA, Sônia. R. de. **O Estado brasileiro: agências e agentes**. 1ª. ed. Niterói/Rio de Janeiro: EDUFF/ Ed. Vício de Leitura, 2005

MENDONÇA, Sônia. R. de. **Estado e Poder no Brasil: Abordagens Teórico- Metodológicas**. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: ANPUH/UFPb, 2003. v. 1, p. 1-5.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O mercado de crédito no Rio de Janeiro, 1821-1850**. In: Locus. Vol. 20. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.